

Mestrinho, Raposo ou Raposo Mestrinho?

LUIZ MAKLOUF CARVALHO

Brasília – “Já pensou se nessa confusão toda o sr. tivesse adotado o nome político de Gilberto Raposo e não de Gilberto Mestrinho?” O ainda presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, 73 anos, responde com uma boa risada, a primeira das muitas que iria dar ao longo de três horas de conversa. “É, não ia dar certo”, diz, rapsadamente. São 19h30 de quarta-feira passada. Não foi um dia fácil. À tarde, ele fez o seu primeiro discurso oficial no novo cargo. Mas Mestrinho está bem disposto num lobby de hotel em Brasília.

– **Quanto tempo o sr. acha que vai aguentar a pressão e ficar no cargo?**

– O futuro a Deus pertence, responde Mestrinho, comentando a licença para tratamento de saúde que pretende tirar. Não sabe quando, mas na manhã da quinta-feira anunciou o que o colunista Ricardo Boechat, do **JB**, antecipou: vai se licenciar para operar a próstata. Não precisava ser agora – que a saúde não lhe vai mal, mas, num golpe de Mestrinho, a licença serve para evitar o aumento da pressão.

Muito mais do que o caso do sambódromo, na qual é réu em ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal, o senador teme denúncias sobre suas relações comerciais com o empresário Paulo Renato Atayde Girardi, o construtor do sambódromo, seu amigo pessoal e agora co-réu na ação de improbidade administrativa.

O sambódromo foi construído durante o último governo de Mestrinho no Amazonas (91/94). Girardi levou, em valores corrigidos, R\$ 30 milhões. No mesmo mês em que inaugurou o sambódromo, fevereiro de 1994, Mestrinho tomou posse de uma mansão de 900 metros quadrados, em São Conrado, Rio de Janeiro. O proprietário da mansão era a empresa Tarumã Participações, então pertencente a Paulo Girardi. Desde então, a mansão é a casa de Mestrinho no Rio de Janeiro, com telefones registrados em nome de sua mulher, Maria Emília.

– **O sr. saiu do governo e foi morar na casa de um empresário que ganhou dinheiro do seu governo. Isso é ético?**

– Venha cá. Você é meu amigo, suponhamos. “Ah, eu quero passar um dia em Manaus ou o que for e tudo”. Eu digo: “Vai lá pra minha casa, está vazia”. Tem algum fato aéreo nisso? Não tem. Atualmente eu pago um aluguel para a empresa, que nem é mais dele, é de um pessoal do Paraná.

Outro receio do senador é ter sua vida devassada, à semelhança do senador Jader Barbalho, seu colega de partido e de política, no momento licenciado da presidência do Senado, e sob exame de três senadores da Comissão de Ética. Se ficar na presidência da Comissão, caberá a Mestrinho presidir, se houver, o julgamento de Jader Barbalho por quebra do decoro parlamentar.

Pesam três acusações contra Jader. A primeira é ter mentido ao Senado sobre as acusações de desvio de dinheiro do Banpará e sobre suposta sonegação de impostos na compra da Fazenda Chão Preto. A segunda é uma denúncia, publicada pela revista *IstoÉ*. Nela, uma gravação, cuja voz a revista atribui ao deputado estadual Mário Frota (PDT-AM), negocia uma propina de US\$ 5 milhões para Jader. Frota afirmou que a voz não é sua, pediu abertura de inquérito no Ministério Público Federal e desafiou a revista a fazer uma perícia que esclareça de quem é a voz.

No discurso improvisado de quarta à tarde, nervoso, Mestrinho disse que as acusações contra Jader são “gravíssimas”. E completou: “Não tenho amigos, tenho deveres”.

À noite, diante de um gravador, a copos d’água, cigarros e cafés, a conversa é outra:

– Se as acusações forem verdadeiras, são graves. Agora, se for um amontoado de recortes de jornais, se não há provas concretas... Nesse caso do Mário Frota, pelo que foi publicado na *IstoÉ*, o Jader não aparece nem uma vez. Só aparece a conversa que seria do Mário Frota. Segundo, a fita sendo falsa, o que é que o Jader tem com isso? Acusar é fácil. O que nós estamos vivendo no Brasil é um pré-fascismo. Quer dizer: as pessoas jogam as coisas e não querem saber das consequências.

– **Jader Barbalho tem sido vítima desse “pré-fascismo”?**

– Em parte, há um certo linchamento. A questão é essa.

– **O sr. tem alguma convicção sobre a conduta de Jader?**

– Não. Não tenho juízo de valor nenhum. Mas ficou tão vulgar a acusação, que o povo não dá nem bola pra isso. Você vê: ninguém é mais acusado nesse país do que o Maluf, e ele está liderando as pesquisas em São Paulo.

Mestrinho está sentado em uma das cadeiras da mesinha de mármore. Observam a entrevista, de um sofá próximo, seu assessor há 50 anos, Luís Costa, e seu filho e suplente, João Thomé. O celular que fica com Costa não pára de tocar. Às vezes ele atende – o deputado Arthur Virgílio e o senador Renan Calheiros, por exemplo – e leva o aparelho para o patrão. Virgílio, líder do governo na Câmara, o cumprimenta pelo discurso vespertal. Não por acaso: ele foi o grande beneficiado com o improviso da tarde.

O senador quer dizer mais sobre os assuntos internos da Comissão de Ética. E comenta o documento em que a oposição pediu a abertura de processo por quebra do decoro parlamentar:

– O documento da oposição tem que ser fundamentado. Mas ele diz o seguinte: pede a apuração dos fatos com os recortes da revista *IstoÉ*. Isso não é denúncia dos senadores. É denúncia da revista, e isso não é regimental. Você monta a notícia e depois entra com aquilo. Isso não está certo. Agora, se for



O presidente do Conselho de Ética do Senado, Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo

aberto o processo, esse caso levantado pela revista vai ser esclarecido na Comissão de Ética. A revista vai ser chamada, o deputado Mário Frota também.

Um dia antes do discurso, Mestrinho estava disposto a apresentar ao plenário, entre outros documentos, duas certidões negativas do Tribunal de Contas da União. Acabou por não exibí-las. Preferiu passá-las à presidência da Casa, com outros documentos e recortes de jornais, requerendo a transcrição e a publicação. Vistas de perto, as duas certidões não dizem o que o senador tem dito que elas dizem. Da primeira, do dia 25 de outubro do ano passado, assinada pelo ministro Iram Saraiva, o senador tem dito e repetido que ela o livra de qualquer envolvimento no caso do sambódromo. Na verdade, Saraiva diz apenas que o nome de Mestrinho não consta do “Relatório de Levantamento de Auditoria realizado no Governo do Estado do Amazonas”. O relatório, do qual efetivamente não consta o nome do senador, é apenas uma peça do processo 225.179/1993-8. Há outras em que ele é citado, como as que questionam a legalidade da aplicação de dinheiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação na obra do sambódromo.

O processo do sambódromo dormita no TCU desde 1993, já tendo passado pela relatoria de cinco ministros. A outra certidão negativa, mais recente, é de 17 de julho de 2001, e está assinada pelo ministro Valmir Campelo. Mestrinho a interpretou, para o **JB**, como “prova” de que nada existe contra ele no TCU. O que Campelo assinou? Que no cadastro de julgamentos do tribunal “não consta registro de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais” sob a responsabilidade de Mestrinho. Não consta, pelo simples fato de que esses e outros processos ainda não foram julgados. O próprio Campelo esclarece: “A certidão que eu assinei diz apenas que não existe julgamento contra o senador Mestrinho. Mas é óbvio que existem processos em tramitação”.

“Eu nunca pisei no TCU”, diz o presidente da Comissão de Ética ao ouvir que o processo do Sambódromo se arrasta há oito anos. Pode não ter pisado, mas fez que um dos ministros mais influentes da casa, Marcos Vilaça, pisasse o solo amazonense, mais precisamente os salões do Palácio Rio Negro, no dia 11 de março de 1994. Em festa solene, com pompa e honra, o então governador amazonense condecorou Vilaça com uma comenda concedida pela Assembleia Legislativa. Nada demais, não fosse Vilaça, mais tarde, em fevereiro de 1994 e janeiro de 1995, o relator de dois pedidos de emissão de certidão negativa para o próprio Mestrinho, ambos concedidos. “Eu nem sabia que tinha sido ele”, diz o senador acendendo mais um cigarro, e frio como uma tartaruga, aliás seu prato predileto quando não está de dieta. Vilaça, diz, “tem grandes serviços prestados ao Amazonas”.

Mestrinho veio ao mundo em 23 de fevereiro de 1928, filho do segundo casamento da professora Balbina Mestrinho com o coletor de rendas Thomé de Medeiros Raposo. “Comecei a trabalhar com oito anos, em Lábrea, ajudando o dono de uma mercearia. Eu era muito esperto. Ele deu um tombo na praça, e eu fiquei sozinho com a bodega.” Mudou-se para Manaus aos 11 e passou uma temporada estudando em Fortaleza, sob os cuidados de um tio. Não concluiu os estudos. “Sou formado pela universidade da vida”.

Aos 16, de volta a Manaus, trabalhou numa empresa de representações. Aos 18, emancipado, teve seus próprios negócios: exportação de produtos regionais e distribuição de leite. “Eu distribuía metade do leite que Manaus consumia”, conta, indo às gargalhadas quando ouve as histórias de que o leite tinha água demais. “Não tinha”, diverte-se. Montou o curso Eficiência, preparatório para os concursos dos empregos federais. Passou em quatro: datilógrafo do IAPC, escriturário e oficial administrativo do Ministério da Fazenda e, por fim, fiscal de consumo da Delegacia do Imposto de Renda. “Era o melhor cargo da República na época”, diz.

– **O ex-senador Evandro Carreiro conta que o sr. enriqueceu com propinas das empresas de exportação, todas irregulares. Um desses exportadores, que não podia pagar o “por fora”, teria até lhe dado um Studebaker de presente...**

– (rindo) Vou lhe contar. O João Braga importou um carro novo e queria vender o carro dele. Eu comprei. Era um Studebaker mesmo, duas cores.

– **O Evandro também conta que os exportado-**

res contrataram o sr., fiscal de consumo, para organizar a contabilidade deles...

– Nunca fiz isso. A minha vida no Ministério da Fazenda foi sempre correta.

A primeira tentativa de vida pública foi uma candidatura a vereador, em 1955, pelo PTB. Não se elegeu. Fez-se amigo e credor do deputado federal petebista Plínio Coelho. Eleito governador do Amazonas (54/58), Plínio tornou-se o padrinho político de Mestrinho. Os prefeitos eram então indicados. E lá estava ele, aos 28 anos, prefeito sem voto de Manaus. Ungido pelo padrinho político, elegeu-se governador (59/63).

Mestrinho ganhou fama nacional, em janeiro de 1961, quando mandou prender o amigo, padrinho político e ex-governador Plínio Coelho, àquela altura dono do jornal “O Trabalhista”, de oposição ao governo e ao governador, acusado, inclusive, de tráfico de drogas. A versão de Plínio, contada a amigos da época, diz que Mestrinho agenciou um sobrinho do ex-governador para forjar um atentado à casa dele, Mestrinho. Houve o atentado, a polícia descobriu o sobrinho, achou que Plínio era o mandante e o prendeu. Na dia da da prisão, um dos grandes escândalos da história de Manaus, Mestrinho Raposo estava em viagem pelo interior.

Mestrinho teve os direitos políticos cassados na primeira lista do pós-golpe militar de 1964, a de 9 de abril. Era deputado federal por Roraima, a ele atraído, já casado, por uma segunda mulher, mãe de três de seus dez filhos. Sofreu a arbitrariedade calado, passou uns meses escondido em São Paulo, fixou residência no Rio de Janeiro e recompôs a vida como empresário bem-sucedido. Tinha banco e fábrica de cimento em Belém. Fábricas de revestimento texturizado e de extrusão de alumínio no Rio de Janeiro. A dívida nunca o incomodou e nunca se ouviu dele, nos anos de chumbo, qualquer declaração sua contra os militares.

Ele sustenta ter sido cassado por ter feito uma desfeita pública, em Manaus, ao general Muniz de Aragão, comandante militar do Amazonas. A polícia do governador Mestrinho dissolvia com violência os comícios da oposição. Em um deles, chamado, o general Aragão mandou seus rapazes baixarem o cassete na polícia e garantiu um determinado comício. Indignado, Mestrinho o insultou, no meio da rua, e prometeu que ele seria afastado da região. Dito e feito: a pedido de Mestrinho, o presidente João Goulart mandou prender e remover o general. A vingança, segundo Mestrinho, viria após o golpe. Aragão teria incluído o nome dele, a caneta, na primeira lista dos 100 cassados. “Não acredito nisso”, diz o ex-senador e ex-ministro Jarbas Passarinho, golpista de primeira hora e governador do Pará no pós-64. “O Mestrinho tinha uma ficha muito pesada na Segunda Seção (serviço de informações). As acusações incluíam contrabando e outras coisas mais sérias. Ele foi cassado por corrupção”.

– **O sr. foi cassado por corrupção ou subversão?**

– Eu fui cassado porque desfeitei o general Aragão. Nunca me falaram em dossiê da Segunda Seção e eu também nunca me interessei por isso.

– **O ex-senador Jarbas Passarinho está mentindo?**

– Eu não sei. Ele estava lá dentro. Mas o mesmo Passarinho, quando eu já estava cassado, foi lá na minha fábrica de cimento dizer que, apesar de cassado, a Amazônia devia muito a mim.

O ex-senador renega a versão. Mas lembra que não endossou as tentativas para sufocar a fábrica de cimento. “Ele mandou deixar uma baixela de prata na minha casa, em agradecimento, mas eu mandei devolver, como está registrado nos jornais da época”, diz. Mestrinho afirma que não mandou o presente.

Dezoito anos se passaram até que Mestrinho voltasse a Manaus. Voltou, em 1982, e elegeu-se governador, mais uma vez com acusações não comprovadas de fraude eleitoral.

Em fevereiro de 1986, Mestrinho sofreu um dos maiores golpes de sua vida, a perda de um filho de 18 anos, José Carlos. O Monza que ele dirigia colidiu com um caminhão. A foto de José Carlos decora a mesa de seu gabinete. Ele e o irmão são filhos da segunda esposa oficial de Mestrinho, a portuguesa Maria Emília. Com a primeira, Maria Antonieta, ele viveu 45 anos e teve cinco filhos. Com as três filhas da roraimense, são dez, no total, um lucro de 28 netos e dois bisnetos.

Em 1994, duas das filhas – Nádia, do primeiro casamento, e Maria de Jesus, do intermediário – disputaram o privilégio de doar um rim ao pai. Mestrinho estava mal de uma doença antiga e crônica, mas resolveu que não faria hemodiálise. Nádia e Maria foram ao médico da família, fizeram os exames necessários em Manaus e em São Paulo. Maria de Jesus ganhou, por assim dizer, e foi com um rim dela, que a doença o deixou em paz.

O senador está convencido de que foi “o melhor governador de Manaus” nas três vezes em que se elegeu, feito único, aliás. Houve momentos sujos, como ele reconhece. Um deles, talvez o pior, em 1990, foi ver o então prefeito Arthur Virgílio, hoje líder do PSDB na Câmara dos Deputados, ir à televisão, mostrar algemas e dizer que elas estavam ali para que Mestrinho fosse preso. Hoje, os dois são amigos.

– **Como conseguiu se reconciliar com uma pessoa que foi na televisão, mostrou uma algema e disse que era para prender o sr.?**

– O pai do Arthur era meu amigo. Eu conheço o Arthur desde menino. Sei do temperamento dele e sei que ele tem uma admiração extraordinária por mim. Então, eu tirei por menos e deixei passar por menos.

Mestrinho perdoou Arthur Virgílio. Perdoou também Márcio Souza, hoje presidente da Funarte e autor de “A resistível história do Boto Tucuxi”. A capa do livro é uma caricatura de Mestrinho, como ele próprio reconhece. Há muitos pontos em comum entre o personagem e ele. “Mas não sou eu”, diz. O personagem, Professor, até hoje apelido de Mestrinho por conta do cursinho Eficiência, é descrito como “cínico, demagogo, grosso, mítico, bandido, cafajeste, subversivo, populista, amoral, carismático, moderno”. “O Márcio é meu amigo”, diz.

Resta, no momento, além do processo no caso do sambódromo e de seu futuro na Comissão de Ética, o mistério da relação com o engenheiro e empresário Paulo Girardi. “O Girardi é o PC do Mestrinho”, acusa o ex-deputado amazonense Serafim Correa, adversário político do senador. “Eu nunca tive PC”, responde ele. O engenheiro era empregado de uma construtora em Manaus. Entrou na vida de Mestrinho quando se tornou amigo dos dois filhos com Maria Emília. Quando José Carlos morreu, a amizade com a família estreitou-se mais.

Girardi criou a Construtora Comagi, executora da obra do sambódromo, e teve suas primeiras obras contratadas durante o segundo governo de Amazonino Mendes (87/90). À época, Amazonino e Gilberto eram aliados. Girardi ganhou a reforma do Teatro Amazonas e a construção de Vila Olímpica. No governo Vivaldo Frota (90/91), levou, sem licitação, como extensão da Vila Olímpica, a obra do sambódromo. “Nem foi no meu governo que a obra foi contratada”, defende-se Mestrinho. Mas foi no último governo dele (91/94) que Girardi ganhou mais.

Levantamento feito pelo deputado estadual Eron Bezerra, do PC do B, adversário de Mestrinho, mostra que a Comagi recebeu R\$ 30 milhões entre 93 e 94. Uma outra empresa de Girardi, a Parthenon, recebeu R\$ 6 milhões. Quando era aliado de Mestrinho, o atual governador, Amazonino Mendes, fez-se também amigo de Girardi. Além dos negócios entre o governo e as empresas, tocaram um jornal que não deu certo, o *Jornal do Norte*. Girardi e Amazonino brigaram feio. No atual governo Amazonino, as empresas de Girardi estão a pão e água, sem uma única obra estadual. “Eles brigaram”, explica Mestrinho, sem mais detalhes.

– **O Girardi é o seu testa-de-ferro?**

– Ele tem a vida dele. Eu nunca usei testa de ferro.

– **Por que as empresas dele cresceram à sua sombra?**

– Elas cresceram à sombra do governo Amazonino, anterior ao meu. Depois foi o contrato do sambódromo com o Vivaldo.

– **Pago no seu governo.**

– É claro. Eu tinha que pagar (risos).

– **Só do sambódromo foram R\$ 30 milhões.**

– Mas dos R\$ 30 milhões, ele devolveu R\$ 8 milhões, quando houve um acidente.

– **O que o Girardi é para o senhor?**

– É meu amigo. Eu admiro a capacidade de trabalho dele.

O ainda presidente da Comissão de Ética afirma que não tem um único bem no seu nome. Um apartamento no Flamengo está no nome da primeira mulher, assim como a boa casa de Manaus. Uma casa, em Búzios, está no nome da atual mulher. A de São Conrado, sua residência no Rio, está em nome da Tarumã, que já foi de Girardi, e que agora, segundo o senador, está em nome de “um pessoal do Paraná”.

– **O sr. é homem de quantos milhões de dólares?**

– (Com demorada gargalhada) Eu tenho apenas um salário mensal e as aposentadorias.

– **Quantas são?**

– Eu tenho aposentadoria do Ministério da Fazenda, como auditor fiscal, de ex-governador, do INSS, que eu paguei uma porção de anos, e o salário de senador, que é R\$ 8 mil. Somando tudo, dá uns R\$ 300 mil.

– **Por mês?**

– (rindo) Não. Por ano. É quanto eu ganho por ano. Sabe, eu sempre tive fama de rico, mas nunca fui rico. Procurei trabalhar e ganhar dinheiro desde menino, mas nunca fui assim, rico.

Três horas depois, o senador não dá sinais de cansaço e atende, com prazer, o chamado de Luis Costa para a reunião que entrará pela noite. “Hoje ele nem almoçou”, diz o assessor. Quando o faz, Mestrinho se limita a uma maçã. Andou engordando muito, ultimamente, e aproveitou parte do recesso para uma temporada em um spa de Gramado (RS). Lá vai ele, no carro oficial, às 22h30, para a última reunião do dia. É um Mestrinho Raposo, ou um Raposo Mestrinho?